



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE COMBATE A DESERTIFICAÇÃO

**Ata da II Reunião Extraordinária da
Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD**

Data: 24 de setembro de 2012

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco B – Térreo - Auditório do Ministério da Cultura – Brasília - DF

PAUTA: Anexo I

PARTICIPANTES:

	Nome	Instituição
1	Aldrin Martin Perez Marin	INSA/MCTI
2	Alberto Marques Santos	FETASE-SE
3	Antonio Donizeti	IICA
4	Beranger A. Araujo	SERHMACT-PB
5	Carlos F. A. Castro	PNUD
6	Dalvino Troccoli Franca	ANA
7	Eliseu José de Oliveira	CAA/NM/ASA-MG
8	Errol F. Kohnert Seidler	M Cidades
9	Francisco Carneiro Barreto Campello	DCD/SEDR/MMA
10	Gertjan B. Beekman	IICA
11	Ignacio Hérnan Salsedo	INSA/MCTI
12	Irenaldo Pereira de Araújo	ASA/PB-ASDP
13	Jaime Saiz	DCD/SEDR/MMA
14	Jesus Lima	MDS
15	João Savio P. Castilho	DCD/SEDR/MMA
16	José Amaro Nogueira	IMARH
17	José Procopio de Lucena	SEAPAC/ASA
18	José Rubens D. Mota	BNB
19	Josimar Carvalho Neto	ASA/MA/AMAP
20	Julio Paupitz	Consultor-IICA
21	Leonardo B. Póvoa	MME
22	Luciana Hemétrio Valadares	DCD/SEDR/MMA
23	Luiz Novais Almeida	MAPA
24	Magno Antônio Feitosa	IICA/INSA/MMA
25	Manuel Otero	IICA
26	Marcela Davanso	MMA/SEDR/DCD
27	Marcos Oliveira Santana	DCD/SEDR/MMA
28	Marcus Vinícius	IICA

29	Maria Amélia Lins	INEMA-BA
30	Maria das Graças S.	SEMAS-PE
31	Maria do Socorro L.C. Branco	ANA
32	Markus Breuss	IRPAA-BA
33	Miguel Farinasseo	CODEVASF
34	Nelso Ananias Filho	CNA
35	Nestor Eulacio	IICA
36	Nilo S. M. Diniz	MMA/SAIC/DEA
37	Paulo Pedro de Carvalho	CAATINGA/ASA
38	Percy Soares Neto	CNI
39	Raquel Cristina B. V. Pontes	MI/DNOCS
40	Regina C. S. Alvala	MCTI/CEMADEN
41	Rodrigo Oliveira Silva	DCD/SEDR/MMA
42	Ricardo Padilha	DCD/SEDR/MMA
43	Roberto Henrique do Prado	SAF/MDA
44	Romélia Moreira de Souza	IICA
45	Salomão de Sousa Medeiros	INSA/MCTI
46	Samira Saleba de Siqueira	DCD/SEDR/MMA
47	Sérgio Léris Siebra	SPI/MPOG
48	Sérgio Mendonça	SEMAS-PE
49	Stelliany Symeon Messinis	IICA
50	Telmo José Mendes	SEMA-MA
51	Thiago Medeiros da Cunha Cavalcante	DEMA/MRE
52	Valesk Rebouças	MMA
53	Vânia Apolônio de Trajano	IICA – Núcleo de Projetos DCD/MMA
54	Vera Lucia Silva Couto	SEMARH -SE
55	Victor Uchôa Ferreira da Silva	SUDENE

No dia 24 de setembro de 2012, às nove horas e trinta minutos foram iniciados os trabalhos. A mesa de abertura contou com a presença das autoridades, a saber:

- Larisa Ho Bech Gaivizzo – Representante da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural do Ministério do Meio Ambiente.
- Manuel Otero – Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil.
- Dalvino Troccoli Franca – Representante da Agência Nacional de Águas.
- Francisco Carneiro Barreto Campello – Secretario Executivo da Comissão Nacional de Combate à Desertificação e Diretor de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente.

O Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello, em sua intervenção, ressaltou a importância do papel da Comissão Nacional de Combate à Desertificação como instância deliberativa e contextualizou o trabalho de alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD como uma grande oportunidade para apontar um caminho futuro de um plano de convivência com o semiárido. Enfatizou ainda que o tema Combate à Desertificação requer uma política institucional com instrumentos adequados a serem construídos com o envolvimento da sociedade. Adicionalmente,

esclareceu que o trabalho de alinhamento do PAN à Estratégia Decenal da UNCCD será desenvolvido no Brasil e nos demais países do MERCOSUL, a saber: Argentina, Paraguai e Uruguai.

Em sua intervenção, o Sr. Dalvino Troccoli Franca agradeceu o convite e comunicou à Comissão Nacional de Combate à Desertificação as providências que a Agência Nacional de Águas estava tomando em relação à internalização e organização de uma plataforma interna que congregasse de forma articulada os temas: combate à desertificação, mitigação da seca e adaptação às mudanças climáticas. Tal plataforma está sendo abrigada na Superintendência de Usos Múltiplos sob a coordenação do Sr. Joaquim Gondim. A referida plataforma está trabalhando em um documento norteador para a Agência Nacional de Águas, com orientações de como trabalhar a temática com a adequação técnica e metodológica que o tema requer.

O Sr. Dalvino Troccoli Franca mencionou a decisão em que a Agência Nacional de Águas elegeu o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA como parceiro para desenvolvimento do Programa INTERÁGUAS, devido à tradição técnica nos temas relacionados à gestão dos recursos hídricos, o combate à desertificação e à convivência com o semiárido.

O Sr. Dalvino Troccoli Franca ressaltou a importância da união das forças para a implementação dos Planos de Combate à Desertificação para o fortalecimento da UNCCD com ações mais propositivas e da relevância em estimular a participação nos eventos e conferências científicas no tema organizados pelos Ministérios: do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, da Integração Nacional.

Na sequência, o Sr. Manuel Otero Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, saudou todos os presentes e equipes técnicas, trazendo um breve histórico da atuação do IICA no Brasil. Ressaltou a importância que o Instituto confere aos temas relacionados aos Recursos Naturais e o Combate à Desertificação, lembrando o apoio ao longo dos anos ao Ponto Focal Nacional do Ministério do Meio Ambiente. Lembrou a atuação do IICA nos países da América do Sul e, mais recentemente, no MERCOSUL por meio do Projeto ECONORMAS, em cooperação com a Representação do IICA no Uruguai e a coordenação técnica da equipe brasileira sob a liderança do especialista Gertjan Beekman.

A Sra. Larisa Ho Bech Gaivizzo, em nome do Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, saudou a todos os presentes e enfatizou o papel de articulação no plano político que a Comissão Nacional de Combate à Desertificação – CNCD detém, com foco específico nas questões relacionadas à convivência com a semiaridez. Lembrou do grande desafio da Comissão que é o de considerar as políticas locais para a Caatinga sem perder de vista as políticas regionais para o MERCOSUL.

Adicionalmente, a Sra. Larisa Ho Bech Gaivizzo lembrou a importância da Comissão Nacional de Combate à Desertificação buscar a interação dos temas relacionados às mais recentes conquistas, citando a aprovação da Política Nacional de Agroecologia como uma conquista que deve dialogar com a Comissão Nacional de Combate à Desertificação, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e demais instâncias consultivas e deliberativas. Trabalhar de forma mais articulada faz parte do mandato da Comissão, para potencializar as sinergias e resultados a fim de fortalecer uma frente nacional de enfrentamento da pobreza.

Finalmente, desejou um ótimo dia de trabalho a todos!

Desfeita a mesa das autoridades, o Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello, seguindo a programação proposta, expôs o tema “Contextualização sobre o processo de Alinhamento do PAN à Estratégia Decenal da UNCCD”.

A exposição identificou as ações do Governo Brasileiro visando à inclusão social e a promoção do desenvolvimento sustentável como alternativas para a convivência com a semiaridez. Ressaltou que no atual momento é necessário empreender esforços para a institucionalização do tema luta contra a

desertificação que precisa sair de um Programa para uma ação muito mais ampla. Nesse sentido, destacou o esforço que –o Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente tem feito em qualificar o que foi realizado até o momento e melhorar a articulação do combate à desertificação para que dialogue com as grandes diretrizes e se insira –no âmbito dos programas governamentais de luta contra a pobreza como o ‘Brasil sem miséria’, alinhado às decisões da RIO+20.

Enfatizou o importante papel que desempenha a Comissão Nacional de Combate à Desertificação como órgão nacional consultivo e deliberativo e que deve se empoderar para o exercício do seu mandato. Reconhece as dificuldades orçamentárias em reunir mais vezes a CNCD e que foi feito um esforço com o IICA para que esta ação do ECONORMAS fosse discutida e deliberada no fórum da Comissão. Em seguida e informou a agenda que seguirá com as exposições, os debates, os informes e um espaço para a divulgação da Conferência Científica da UNCCD.

Na sequência, começou a apresentação explicando os aspectos jurídicos, técnicos e políticos no contexto do ‘alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD’. Relembrou a decisão 3 da COP 8 (Madrid-2007) e as recomendações da 7ª Reunião do Comitê de Revisão da Implementação da UNCCD - CRIC 7 que aconteceu em Istambul -Turquia, 2008. Nesse sentido, destacou que o Brasil está na categoria de países que têm seus PAN’s concluídos e aplicados. Informou que o Brasil está iniciando o processo de alinhamento trabalhando de forma integrada com outros países, os países do MERCOSUL, atendendo a recomendação do CRIC 7. Aprofundou alguns cenários e oportunidades ocasionadas por essa atividade de ‘alinhamento’ e que, se bem trabalhada, essa iniciativa poderia resultar em um Plano de Ação para Convivência com a Semiaridez com inclusão social e promoção do Desenvolvimento Sustentável. Enfatizou que o cenário para o ‘alinhamento’ deverá estar centrado em: segurança hídrica, matriz energética e segurança alimentar, exemplificando algumas ações já em curso no semiárido que se coadunam com essa visão. Lembrou que os principais vetores da desertificação são: o desmatamento, o sobrepastoreio e a prática inadequada no manejo de solos. A seca é um fator de aumento da vulnerabilidade, sobretudo se os recursos naturais não forem usados de forma adequada e sustentável. Afirmou que os programas paliativos continuarão existindo, mas não resolverão o problema enquanto não houver uma política adequada para convivência sustentável com a semiaridez. Ressaltou a importância da Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA, ali representada pelo Paulo Pedro de Carvalho e que hoje, as práticas de convivência com o semiárido não têm linhas de financiamento efetivo. Outro aspecto ressaltado foi à questão energética, e o uso sustentável da biomassa de forma inclusiva e descentralizada. Alertou: energia é desenvolvimento, não se pode fugir da realidade! O uso da biomassa como fonte de energia deverá ser trabalhada de forma ambientalmente adequada e socialmente justa, não se pode mais ignorá-la ou negá-la. Citou exemplo de assentamentos que estão “produzindo” lenha para transformar em energia, a lenha é a principal fonte de energia de algumas localidades do semiárido brasileiro. Propõe como uma alternativa viável um piso de proteção socioambiental para compensar uma produção de baixa agressão como um pagamento por serviços ambientais. Ressaltou que este, além da questão da segurança hídrica e da matriz energética, deve ser um dos pontos a serem abordados no alinhamento aqui proposto. Nesse sentido, lembrou que o Brasil dispõe de um conjunto de instrumentos para viabilizar o uso sustentável dos recursos naturais no semiárido citando e discorrendo brevemente sobre cada um:

- Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD.
- Comissão Nacional de Combate à Desertificação – CNCD
- Plano Nacional de Combate à Desertificação,
- Planos de Ação Estaduais de Combate a Desertificação – PAE’s . Elaborados com apoio do MMA e do IICA, seguindo um procedimento metodológico, para assegurar um diagnóstico local e a participação da sociedade.

- Rede Sobre Desertificação no Semiárido Brasileiro – Port. MCT/MMA 92 – A 30/03/10 .
- Cooperação Técnica: Suporte técnico e mecanismos de fomento- o IICA, o PNUD e a FAO.
- Plano Pluri Anual – PPA: A Elaboração do PPA 2012-2015 foi fundamentada nas demandas do ENED e dos PAE's.
- Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação – Parceria com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN.

Finalmente, ressaltou as iniciativas em curso para promover as potencialidades da Caatinga e Reverter o Processo de Desertificação:

I - Os Instrumentos de Fomento:

- Fundo Clima: 12 projetos com investimentos de R\$ 10.302.838,72
- Fundo Nacional do Meio Ambiente / Fundo socioambiental da CAIXA: 7 projetos no valor de R\$ 6 milhões
- FUNBIO: 8 projetos com investimentos de R\$ 3.748.892,50
- Fundo de Desenvolvimento Florestal: R\$ 3 milhões

II – A Política Nacional de Combate a Desertificação

III – Ações de fomento e crédito adequados à realidade socioambiental da Caatinga: Banco do Nordeste

IV – Ações nos Programas do PPA 2012 a 2015:

1 – Programa de Mudanças Climáticas: Reduzir riscos e vulnerabilidades socioambientais e econômicas decorrentes dos processos de desertificação, degradação da terra e de mudança do clima para minimizar riscos, prejuízos materiais e impactos nos ecossistemas, assim como evitar perdas humanas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação e recuperação ambiental.

2 – Programa Combustíveis: Formular e implementar políticas públicas e gestão do uso sustentável de bicompostíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

O Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello encerrou reiterando a importância da participação e das contribuições da CNCD para esta primeira fase dos trabalhos que consiste em estabelecer as bases para o alinhamento de alinhamento do PAN à Estratégia Decenal da UNCCD.

A continuidade dos trabalhos ocorreu com a apresentação do Projeto ECONORMAS pelo analista de infraestrutura do DCD-SEDR/MMA Marcos Santana que discorreu sobre os objetivos do projeto e suas linhas de atuação.

Marcos Santana iniciou sua apresentação informando que o Projeto ECONORMAS MERCOSUL denomina-se “Apoio ao processo de integração econômica e ao desenvolvimento sustentável do MERCOSUL”. Tal projeto faz parte das ações de cooperação entre a União Europeia e o Mercado Comum do Sul sendo conduzido pelo MERCOSUL nos países beneficiários – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Destacou que a gestão do projeto está a cargo do Laboratório Tecnológico do Uruguai, que o Projeto foi iniciado em dezembro de 2009 e consiste em uma experiência piloto para a região com duração de 60 meses.

O orçamento do ECONORMAS é de 18 milhões de euros, sendo 12 milhões provenientes da União Europeia e 6 milhões do MERCOSUL.

As atividades do ECONORMAS buscam, principalmente, a melhoria da qualidade e a segurança dos produtos da região, fortalecer a produção e consumo sustentáveis e promover a proteção ambiental. Segundo informou o Projeto ECONORMAS é dividido em quatro Áreas de Trabalho, a saber: 1. Promoção da Produção e Consumo Sustentáveis – PCS (empresas e cidadãos mais conscientes e responsáveis); 2. Combate à Desertificação e os Efeitos da Seca – DYS (Revegetação e revitalização); 3. Progresso na implementação de Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos - SGA / GHS (Um caminho para melhorar a

competitividade e segurança); e, 4. Convergência da regulamentação e criação de capacidades de avaliação regional da conformidade de produtos (RT e PECs). Ressaltou que o objetivo da Área de Trabalho DYS visa combater as práticas de degradação tais como o cultivo e pastoreio excessivo e o desmatamento que incidem sobre os ecossistemas áridos, semiáridos e subúmidos secos.

Na sequência, Marcos Santana destacou que o ECONORMAS busca apoiar a convergência dos Planos Nacionais de Combate a Desertificação e de Mitigação dos Efeitos da Seca através da formulação de um Programa Sub-regional do MERCOSUL. O Projeto ECONORMAS firmou contrato com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA para identificar nos países beneficiários zonas onde seria possível recuperar e mitigar os efeitos da seca. Nestas áreas selecionadas serão realizadas intervenções de prevenção, reabilitação, adaptação ou mitigação em experiências-piloto coordenadas no marco do ECONORMAS. No caso do Brasil foram selecionadas as áreas críticas do Estado do Ceará: Médio Jaguaribe, Irauçuba e Inhamuns.

Encerrou, enfatizando que a outra etapa da Área de Trabalho de Combate a Desertificação e os Efeitos da Seca – DYS será discutida nesta reunião e consiste em estabelecer as bases para o alinhamento dos Planos de Ação Nacionais à Estratégia Decenal da Convenção de Combate à Desertificação.

O Sr. Ricardo Padilha, Gestor Governamental Federal do quadro do DCD-SEDR/MMA, assumiu a direção dos trabalhos e, atuando como moderador, conduziu a palavra ao Sr. Julio Paupitz, consultor do projeto IICA/ECONORMAS-MERCOSUL.

Em sua exposição o Sr. Julio Paupitz enfatizou que seu trabalho trata-se de uma proposta preliminar, sob o olhar do consultor externo, a fim de estimular o debate. Apresentou inicialmente os antecedentes do Alinhamento e seu principal enfoque que é o de melhorar aplicação da Convenção (UNCCD) nos países por meio dos instrumentos:

(i) Objetivos estratégicos da Convenção e Objetivos Operacionais;

Onde os objetivos estratégicos são:

1. Melhorar condições de vida
2. Melhorar condições ecossistêmicas

E os objetivos operacionais são:

1. Sensibilização, Promoção, Educação
2. Políticas
3. Ciência, Tecnologia, Conhecimento
4. Capacitação
5. Financiamento e Transferência de Tecnologia.

(ii) Planos e programas nacionais.

- Análise das temáticas do plano;
- Subsídios para aplicação da convenção no plano nacional;
- Matrizes de intervenção.

Trazendo para o contexto do PAN Brasil constata-se: longa série de esforços nacionais; oportunidade de institucionalização do tema e re-orientação aos planos e objetivos estratégicos nacionais que são a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Tal demanda caracteriza desafios muito específicos:

- Fazer do Plano (PAN Brasil) uma ferramenta;
 - mais que uma carta de intenções
 - foco e coerência
 - instrumento de avaliação
- Integrar resultados de vários planos/ações;
- Facilitar a Convivência com a Semiáridez.

Na sequencia, o consultor detalhou cada eixo temático e linhas de ação do PAN Brasil, vis-a-vis os objetivos da Estratégia Decenal da UNCCD, esse detalhamento encontra-se no relatório do

consultor facilitado aos participantes da reunião pela organização do evento. Como resultado desse trabalho analítico, o consultor teceu uma série de recomendações, a saber:

1 – Para o fortalecimento do PAN Brasil e do Departamento de Combate à Desertificação:

- curto prazo: dotação de equipe técnica (3) com experiência em desenvolvimento rural no semiárido para a identificação, formulação, avaliação de projetos locais de desenvolvimento;
 - médio e longo prazo: criação de unidade de acompanhamento de projetos locais e replicação da unidade nos estados assistidos pelo PAN Brasil:

- ✓ Para formalizar parcerias institucionais pelo Departamento de Combate à Desertificação;
- ✓ SUDENE: Fortalecer papel matriz da autarquia na região nordeste, articulação e condução do balanço energético regional e do ZEE;
- ✓ INSA: Fortalecer a montagem do centro de gestão de conhecimento do semiárido;
- ✓ IBAMA: Recuperar experiência regional da instituição com ajuda da cooperação internacional;
- ✓ UNILAB: fortalecer a cooperação entre biomas;
- ✓ Para a execução do Programa Brasil Sem Miséria;
- ✓ Inserir agenda técnica de produção sustentável do PAN Brasil nas ações de extensão rural nas ASD
- ✓ Capacitar extensionistas para utilizar plano de manejo florestal sustentado como ferramenta de trabalho nas áreas assentadas;
- ✓ Desenvolver estratégia para aceitação institucional de absorção do PMFS pelos ministérios, autarquias, fundações e ONGs vinculadas ao MDS, MDA, MCT e MAPA.
- ✓ Em apoio à execução do Brasil Sem Miséria:
 - Considerar o público alvo do Brasil sem Miséria e área de impacto potencial;
 - Capacitar pessoal vinculado às ações do Brasil sem Miséria para integração da componente ambiental em suas áreas de ação prioritária;
 - Organizar desenvolvimento e disseminação de oferta técnica visando à adoção de princípios agroecológicos, diversificação da produção agrícola familiar e integração de sistemas agroflorestais;
- ✓ Para a execução do Programa Brasil Sem Miséria.
 - Fortalecer na pauta técnica do componente ambiental a adoção de práticas sustentáveis de produção da lenha e forragem, incluindo práticas tradicionais como o pousio e fundo de pasto.
 - Elevar os níveis de eficiência na utilização de energia lenhosa no entorno familiar da propriedade rural facilitando a difusão de fogões melhorados e a capacitação de pessoal da extensão rural.

O consultor destacou que a elaboração do Plano Pluri Anual – PPA 2012-2015, conduzida pelo DCD-SEDR/MMA, foi fundamentada nas demandas do ENED e que o PAN Brasil foi incorporado no eixo de Ações Climáticas sob três linhas de ação: (i). Uso sustentável; (ii). Recuperação de Áreas Degradadas; e (iii) Matriz Energética. Além disso, a inserção do PAN Brasil deu-se nos seguintes Programas do PPA 2012-2015:

Programa 1 – Mudanças Climáticas

Programa 2 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento

Programa 3 – Agropecuária sustentável, abastecimento e comercialização

Programa 4 – Conservação e gestão de recursos hídricos

Programa 5 – Oferta de Água

Programa 6 – Segurança alimentar e nutricional.

Concluída a apresentação do Sr. Julio Paupitz, foi iniciado o momento de discussão do evento.

Com a palavra a Sra. Raquel Pontes representando o Ministério da Integração Nacional e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Manifestou os avanços e o detalhamento propiciado pelos PAE'S nos Estados, como um complemento ao PAN Brasil e que sendo esse um tema complexo e transversal, inserido em diversos Programas do PPA 2012-2015, quem seria o responsável Institucional? Adicionalmente, mencionou que sentia falta de dois elementos importantes contemplados no PAE/CE que deveriam ser tratados no âmbito dessa proposta: gestão democrática, comunicação e informação.

Após esse momento foi novamente conformada a mesa que foi composta por: Larisa Ho Bech Gaivizzo (SEDR-MMA), Júlio Paupitz (Consultor Projeto ECONORMAS- MERCOSUL), Gertjan B. Beekman (IICA), Francisco Carneiro Barreto Campello (Secretário Executivo - CNCD), Maria do Socorro Branco (ANA); Paulo Pedro de Carvalho (ASA) e Thiago Thiago Medeiros da Cunha Cavalcante (DEMA/MRE).

O debate continuou com o Sr. Ricardo Padilha abrindo a palavra para a Representante da ANA, a Sra. Maria do Socorro Branco, que lembrou que todas as ações e Programas propostos devem vir condicionados a uma fonte de financiamento. Destacou a necessidade de incluir a ANA na discussão da “ausência de água” pois esta trabalha muito mais com a abundância de água. A ANA está levantando no Orçamento da União todos os recursos direcionados. Ressaltou que o documento encaminhado pelo DCD-SEDR aos membros da CNCD não apresenta números e que se instituem políticas públicas com recursos. Destacou também que a questão energética é apropriada, mas não consta do documento.

Na sequência, o Sr. Telmo José Mendes, Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA-MA) fez uma importante observação a respeito do grande avanço do desmatamento no Estado, associado às novas áreas de plantio de soja, aprovadas pelos órgãos reguladores.

O Sr. Victor Uchôa Ferreira da Silva, representante da SUDENE, questionou a mesa a respeito da metodologia de trabalho, enfatizando o pouco tempo e grande demanda de trabalho, consultando qual seria o produto final esperado da reunião?

O Sr. Ricardo Padilha, esclareceu que a metodologia de trabalho seria explicada no período da tarde.

O Sr. Paulo Pedro de Carvalho, representante da ASA, aproveitou o uso da palavra para reiterar o que foi colocado pelo representante da SUDENE em relação à metodologia de trabalho, às muitas questões colocadas para debate e ao tempo exíguo para as contribuições. Questionou se haveria mais tempo no dia seguinte para que os Grupos de Trabalho pudessem ter um debate mais consistente. Em seguida, lembrou que a exposição tratou de uma visão externa de consultoria, para provocar o debate, que o PAN Brasil não é um instrumento isolado, mas um articulador dos Programas do PPA e de convivência com o semiárido. Lembrou que o I ENED focou propostas concretas e compromissos no combate à desertificação que devem ser perseguidos, que as políticas, devem sim ser integradas e articuladas, mas que não se deve perder o foco e a capacidade de priorização das ações. Lembrou que Educação e formação devem estar contextualizadas, assim como ações para comunicação e divulgação e fomento à renda e economia. Nesse sentido, a estocagem de água, alimentos e sementes são extremamente estratégicas. Ainda do ponto de vista estratégico estudos com dados técnicos e científicos são fundamentais nesse processo, em particular sobre os sistemas agroflorestais e núcleos de agroecologia.

O Sr. Thiago Medeiros da Cunha Cavalcante, representante do Ministério das Relações Exteriores, ressaltou que o alinhamento trata-se mais de sistematizar as ações que já estão em curso para ter mais clareza e um panorama nacional sobre a implementação do PAN. Não se trata de engessar ações nos parâmetros do documento da Estratégia Decenal da UNCCD. O plano é um documento muito mais amplo que pretende abranger a realidade do País sem perder o foco nas particularidades locais que não são alcançadas pela UNCCD. A Estratégia Decenal 2008-2018 traz quatro objetivos

estratégicos com impactos e indicadores definidos a fim de traçar uma direção, um ‘norte’ aos países, porém as particularidades devem ser identificadas internamente, por cada País parte da UNCCD. Além dos objetivos estratégicos o documento apresenta 5 objetivos operacionais que também devem refletir essa lógica. Lembrou que o Itamaraty é o Ponto Focal Político do tema, atuando mais como um porta-voz das posições brasileiras, que devem ser construídas em fóruns como a CNCD. Finalizou colocando que o entendimento deve ser o de que a UNCCD trabalha para os países membros e não que as Partes devem trabalhar para a Convenção.

O Sr. Jesus Lima, representante da Coordenação Geral de Acesso à Água do MDS, lembrou-se da relação direta entre a água e a pobreza, e o quanto a pobreza pode impactar na falta de água. Uma ação que equalize tal relação tende a melhorar as condições de vida de toda uma população vulnerável do ponto de vista econômico, social e ambiental. Adicionalmente lembrou-se dos recursos alocados no PPA para o Programa Água para Todos, da ordem de 2,3 bilhões de reais, aproximadamente 375 milhões de reais/ano para universalizar o acesso à água. Concorda com a importância de focalizar e priorizar recursos disponíveis.

O Sr. Leonardo Póvoa da Assessoria Sócio Ambiental do Ministério das Minas e Energia apresentou-se à disposição da Comissão para discutir temas relacionados ao uso da lenha como matriz energética. Reiterou o que foi colocado pelo Itamaraty de se observar as particularidades da região e de se ampliar o Programa Luz para Todos às comunidades mais isoladas.

O Sr. José Procópio de Lucena do SEAPAC, representante da ASA/RN parabenizou o esforço do DCD-SEDR/MMA e a consultoria contratada pelo Projeto ECONORMAS/MERCOSUL em desenvolver o ‘alinhamento’, mas ressaltou o quanto desalinhado podemos estar. Continuou enfatizando as contradições e desconexões que levam a práticas diferentes dos compromissos assinados. As políticas desconectadas como a que viabilizou desapropriações na região da Chapada do APODI, no Rio Grande do Norte, que retirou o agricultor familiar que desenvolvia práticas sustentáveis para viabilizar o agronegócio exportador de frutas. Lembrou que onde há terra, água e energia, o sistema capitalista procurará apropriar-se. Afirmou que o combate à desertificação era um esforço isolado e sem eco na estrutura do Governo e que a aprovação da Política Nacional de Agroecologia, apesar de suas contradições, representava um alento nesse quadro. Destacou que o esforço do DCD/SEDR/MMA deve ser validado. Sugeriu que o rumo dos trabalhos deveria ser a junção dos resultados do I ENED ao documento analítico do PAN Brasil. Mencionou o grande desafio que é, antes de mais nada, integrar as políticas públicas que estão dentro do MMA, a princípio. Como proposta para análise, aprofundar o trabalho desenvolvido pela consultoria ECONORMAS-MERCOSUL, detalhar em grupos e trazer posteriormente para deliberação política à CNCD.

O Sr. Ricardo Padilha agradeceu às colocações do Sr. José Procópio e fez um registro de que a CNCD foi criada para expressar as diversas contradições e que todas as deliberações da Comissão foram acatadas pelo Governo.

O Sr. Julio Paupitz, consultor do projeto IICA/ECONORMAS-MERCOSUL está de acordo com a proposta de encaminhamento do Sr. José Procópio de Lucena que considerou oportunas neste momento em que a Comissão está debatendo e delineando as ações de uma política de Estado. Outro ponto considerado relevante é o tratamento para as questões de sombreamento como o que fazer com tais áreas e quem serão seus responsáveis? Não se podendo perder de vista, pois através da ação bem estruturada é que se dá a sua legitimização.

O Sr. Jaime Saiz do DCD-SEDR/MMA contextualizou que, a princípio, não há um prazo pré-estabelecido para a conclusão do ‘alinhamento’ e que o assunto não pretende ser esgotado nessa reunião. Destacou que talvez tenha havido equívoco de interpretação em relação ao Relatório Nacional que tem prazo a ser cumprido até 15 de outubro e que o papel do consultor, neste momento, foi o de colocar a questão para a CNCD como um primeiro passo em relação ao alinhamento.

Fazendo uso da palavra, o Sr. Irenaldo Pereira de Araújo, representante da sociedade civil do estado da Paraíba, lembra da importância da educação contextualizada para o combate à desertificação e que a nossa sociedade, com sua herança cartesiana, trabalha com a ‘compartimentalização’ não considerando os processos formativos, o que se configura em um equívoco, que ocasiona a falta de uma visão sistêmica.

Considera as iniciativas de intercâmbio fundamentais como uma contribuição relevante para a construção de um olhar diferenciado superando a visão assistencialista de ATER. Fundamental partir dos saberes do semiárido para atender o semiárido. A abordagem ‘compartimentada’ resulta em fenômenos como o das grandes cidades que estão no semiárido e não se reconhecem como tal. Enfatiza o grande desafio sobre o manejo integrado dos recursos hídricos e a necessidade de incorporar a discussão nas grandes cidades do semiárido e, nessa visão sistêmica, como provocar o debate sobre educação?

Com a palavra o Sr. Gertjan B. Beekman do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA lembrou que os conteúdos referentes à Estratégia Decenal da UNCCD (2008-2018) e as decisões sobre o ‘Alinhamento’ constavam nas pastas distribuídas a todos os presentes pela organização da reunião da CNCD. Esclareceu que a ‘Estratégia Decenal da UNCCD 2008-2018’ tratava-se de uma ferramenta mundial com aplicação nos âmbitos: regional, sub-regional, nacional e local. Adicionalmente a ‘Estratégia Decenal da UNCCD 2008-2018’ aponta para a formulação e fortalecimento de Programas, Planos, Projetos e Ações. Reconhece os representativos avanços do Brasil na implementação do PAN e PAE’s, mas, lembra a falta de resultados mensuráveis. Perguntas como “quantos hectares degradados em ASD’s foram recuperados?” ou “quanto custaria a recuperação das áreas mais ameaçadas, identificadas nos PAE’s?” permanecem sem respostas. Dessa forma, encontramos dificuldades em demonstrar o quanto eficientes e eficazes esses esforços têm sido. Lembrou que o I ENED foi uma iniciativa importante e que, entre as instituições que se comprometeram, estavam o Banco do Nordeste do Brasil – BNB e o Ministério do Planejamento – MPOG. Destacou que as formulações de políticas redundam em ações e que no Brasil isto vem sendo realizado pelas várias instituições que estão desenvolvendo ações de combate à desertificação, ainda que não as ‘rotulem’ como tal, citou como exemplo o Ministério da Integração Nacional – MI que por meio do Projeto Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF trabalhará 19 vilas rurais em ações de combate à desertificação e degradação de terras. Concordou com a necessidade de maior comunicação e divulgação das ações, que o muito que é feito pelo DCD-SEDR/MMA e parceiros muitas vezes é desconhecido ou pouco divulgado e comentou o lançamento pelo IICA, ainda esse ano, de uma publicação sobre as Iniciativas Locais de Combate à Desertificação, desenvolvidos em parceria com o MMA, IICA, GIZ e a ASA. Esclareceu, em grandes linhas, que o Projeto ECONORMAS é uma iniciativa com a União Européia que visa nessa ação, o alinhamento do PAN à Estratégia Decenal da UNCCD e que esse é o objeto da reunião da Comissão.

A Sra. Vera Lucia Silva Cardoso, representante do Governo do Estado do Sergipe, fazendo uso da palavra, ressaltou que o tema no estado está alinhado com a política interna, prevendo a institucionalização do PAE/SE no PPA do Estado. Dessa forma, o Grupo de Trabalho criado no estado apontará para o desenvolvimento de Planos Municipais de Combate à Desertificação. Além disso, o estado está trabalhando em iniciativas de combate à desertificação em assentamentos por meio de um projeto aprovado no Fundo Clima.

O Sr. Beranger Araujo representante do Governo do estado da Paraíba felicita a participação do MME na Comissão e entende que esse Ministério tem muito a contribuir, na sequencia, trouxe um breve histórico sobre os diversos documentos e planos já estruturados que têm afinidade com o tema e opinou que as políticas devem olhar para a base de planejamento já disponível: I ENED, PAN, PAE’s, sendo desnecessária a criação de um novo documento ou plano. Ressaltou que o Combate à Desertificação não pode ser tratado com questões isoladas, mas em contexto sistêmico.

Nesse sentido ressalta que já existem documentos qualificados como os PAE's e que é necessário implementá-los e pergunta: onde estão os recursos para aplicar nos PAE's? Esses recursos anunciados são reais, ou imaginários? Precisamos de recursos para aplicar nas ações previstas pelos PAE's!

O Sr. Sérgio Mendonça, representante do Governo do estado de Pernambuco, referindo à apresentação do Sr. Marcos Santana sobre o Projeto ECONORMAS/MERCOSUL colocou na pauta duas consultas: Porque os recursos para as intervenções físicas do projeto ECONORMAS/MERCOSUL para o Brasil serão aplicados no Ceará? Quanto será o total do recurso?

O Sr. Francisco Campello, em resposta a indagação do Sr. Sérgio Mendonça esclareceu que o recurso do projeto ECONORMAS/MERCOSUL requeria uma ação de monitoramento técnico a ser desenvolvida pela FUNCEME, além do alto grau de degradação apontado pelo PAE/CE na área identificada, esse foi o critério técnico para que a intervenção fosse feita no Ceará. Adicionalmente, expôs que o DCD-SEDR/MMA está trabalhando em conjunto com diversas instituições de fomento para garantir recursos para a implementação dos PAE's em todos os estados e que essas informações serão mais bem detalhadas no momento dos 'Informes'.

Nesse momento os trabalhos da manhã foram concluídos às 13:00 horas para serem retomados às 14:30 horas com o momento dos informes.

Às 14:30 horas os trabalhos foram retomados os trabalhos. Nesse momento, foram chamados à mesa os senhores Francisco Barreto Campelo e Antônio Rocha Magalhães para falar sobre a II Conferência Científica para Combate à Desertificação, evento oficial da UNCCD e Nações Unidas. O Sr. Antônio Rocha Magalhães, Presidente do Comitê Científico da UNCCD, lembrou ser esse evento o resultado de decisões do CRIC 2009 em Buenos Aires – Argentina, homologada na COP10 da Coréia do Sul (2011) com forte recomendação para acontecer até março de 2013. O tema central é a economia e o combate à desertificação e que como Presidente do Comitê Científico e brasileiro, entendia a importância de que esse evento fosse trazido para o País. Esclareceu que como o Brasil sediou a Rio + 20, sendo o auge da preparação desse evento os anos de 2011/2012, constatou dificuldades na agenda dos demais Ministérios para trabalhar a Conferência, dessa forma, o MCT, por meio de seu 'braço operacional' o CGEE, assumiu a dianteira no assunto trabalhando em conjunto com o MMA e o MI, e articulado com os demais Ministérios, em especial, o MRE. Assim sendo o País formalizou, via Ministério das Relações Exteriores – MRE, sua candidatura em maio/2012 tendo a UNCCD concordado em 07 de agosto de 2012. A cidade escolhida para abrigar a Conferência foi Fortaleza/CE, que venceu a concorrência com Bahia e Pernambuco. Relata ainda que a participação da sociedade civil é bem vinda e necessária para que o evento ocorra com a devida importância. A Conferência tem seus custos gerais cobertos pelo orçamento da UNCCD e custos adicionais cobertos pelo País-sede. Entende-se por custos adicionais o transporte, as diárias, os equipamentos e a logística associadas ao evento. Os custos locais como o Centro de Convenções serão cobertos pelo Governo do estado do Ceará. O transporte dos pesquisadores, a programação e a escolha dos trabalhos é de responsabilidade das Nações Unidas. Esclareceu que seu papel nesse momento é o de estimular a participação, por meio da submissão de trabalhos até 30 de setembro de 2012 a fim de maximizar a presença do Brasil e da América Latina na Conferência. Além da submissão de trabalhos as instituições podem organizar atividades preparatórias ou paralelas à Conferência, nesse sentido, cita as iniciativas: a Conferência Científica Nacional (brasileira), a Iniciativa Lationoamericana em Ciência e Tecnologia para a Aplicação da UNCCD - ILACT em fase de organização pela Prefeitura de Sobral, dentre outras atividades. Esclareceu que o Comitê organizador é das Nações Unidas, outra instância é o Comitê Científico e finalmente os GT's para os estudos que avaliarão os trabalhos sobre impactos e políticas de combate à desertificação. Como

esclarecimento adicional, mencionou que o Global Risk Forum - GRF (instituição localizada em Davos/Suíça) venceu a licitação internacional e foi contratada como Secretaria Executiva do evento, e que ele, como presidente do Comitê Científico não tem 'gerência' sobre a conferência, mas que sua atuação busca estimular a participação no evento.

O Sr. Francisco Barreto Campello, Secretário Executivo da CNCD e Ponto Focal Nacional Técnico da UNCCD, mencionou o esforço e a articulação entre os Ministérios para viabilizar a Conferência e da pendência do documento 'acordo de sede' em tramitação. Maiores informações consultar: 2nd. Scientific Conference UNCCD Site <http://2sc.unccd.int> Email: 2sc.unccd@grforum.org

O Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello agradeceu a presença do Sr. Antônio Rocha Magalhães e deu seguimento aos informes, mencionando a estratégia do MMA para aporte de recursos aos estados na implementação dos PAE's, em articulação com o BNB. Nesse sentido, a Comissão (CNCD) faria a análise dos projetos, sendo o BNB o responsável pelos contratos e acompanhamento dos projetos.

Informou que o BNDES executará o 'Fundo Clima' e alinhará as linhas de financiamento. Adicionalmente, que a parceria com o BNB está avançada e buscará articulação com o BID para viabilizar linhas especiais para o setor produtivo reduzir impactos sobre o semiárido.

No assunto relatório nacional para a UNCCD, informou sobre o envio do documento a todos os membros da CNCD, e da importância que sejam respondidos dentro do prazo para consolidação do documento. Considerou que com o ingresso de novos membros e suplentes na Comissão é possível que a base de dados de e-mails esteja desatualizada, assim sendo, solicita imediata atualização junto à organização da CNCD, Sras. Luciana Hemétrio Valadares e Samira Saleba de Siqueira. Acompanham esse documento, as correspondências da Ministra do Meio Ambiente e da Secretaria Executiva do MMA. Dá as boas vindas aos novos representantes da CNCD, o Instituto Nacional do Semiárido INSA/MCT representado pelo Sr. Aldrin Martin Perez Marin, formalmente constituído o correspondente científico da CNCD e ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN representado pela Sra. Regina Alvala. Comentou sobre o trabalho desenvolvido no INSA de resgate das boas práticas para o semiárido e da incorporação do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação – SAP ao CEMADEN, numa iniciativa mais completa e integrada.

Informou sobre os mais recentes encaminhamentos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA à Presidência da República – PR com a inclusão do MMA, enfatizando a relevância das políticas de convivência com o semiárido. Dessa forma, os esforços envidados nessa aproximação e o documento construído nessa iniciativa contribuirão sobremaneira para o alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD 2008-2018.

Sobre os PAE's, trouxe a informação de que excetuando o PAE/Bahia, os demais estão concluídos ou em fase de conclusão como o do Maranhão e Espírito Santo.

Esclareceu aos membros dos GT's conformados na reunião anterior da CNCD em Campina Grande/PB que amanhã deverão dirigir-se à sala 735 do MMA (7º andar) para seguimento dos trabalhos. Lembrando que os GT's são:

- 1 – Revisão do Regimento;
- 2 – Acompanhamento do PPA e da Política Nacional de Combate à Desertificação;
- 3 – Alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD;
- 4 – Energia renováveis (biomassa mais sustentável);
- 5 – Gestão da Comissão;
- 6 – Comunicação e divulgação.

Finalmente, concluiu os informes, abordando 2 pontos:

1 – Enfatizou a necessidade das respostas para conclusão do Relatório Nacional da UNCCD, onde devem constar os avanços da implementação da Convenção no Brasil. Trata-se de um formato complexo e minucioso e a dificuldade com os *feed backs* podem comprometer a qualidade do

documento brasileiro. O prazo máximo dado pela UNCCD é 15 de outubro/2012, já prorrogado, mas as informações deverão ser encaminhadas o quanto antes à DCD-SEDR/MMA.

2 – O papel do Brasil na II Conferência Científica da UNCCD será estratégico. Formalizará o novo correspondente científico já homologado, o INSA. A transição do Prof. Valdemar Rodrigues, que está se aposentando, para o INSA será um processo ético e estratégico e efetivado durante a Conferência Científica Brasileira. O desenho desse evento já está em curso, buscando uma boa interlocução local. De todo modo, prevê-se 3 espaços para o Brasil na II Conferência Científica da UNCCD:

1 – Exposição sobre o SAP;

2 – Experiência ASA sobre boas práticas de convivência com o semiárido;

3 – Experiência BNB e instrumentos de fomento - como o governo brasileiro vem se comportando para a implementação da UNCCD.

Nesse momento o Sr. Francisco Campello considerou os informes concluídos e abriu o espaço para as discussões e encaminhamentos, conforme previsto na programação, solicitando aos presentes um foco específico nos conteúdos do alinhamento do Pan Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD (2008-2018).

Fazendo uso da palavra, o Sr. José Procópio de Lucena solicitou os seguintes esclarecimentos:

1 – A Sociedade Civil organizada (ASA) terá espaço para socializar os conhecimentos tradicionais na II Conferência Científica da UNCCD?

2 – O Fundo Caatinga com o BNB foi abortado?

3 – O que é esse ‘Plano de Convivência com o Semiárido’? É um novo plano? É um conjunto de ações? Qual é a matriz? Qual é sua origem? De onde vem?

Nesse momento o Sr. Francisco Campello, fazendo uso da palavra, esclareceu que antes de discutir o Plano, entendia que a CNCD deveria manter o foco no trabalho de ‘Alinhamento do PAN à Estratégia Decenal da UNCCD 2008-2018’.

Seguindo a lista de inscrições o Sr. Eliseu José de Oliveira do CAA, representando a sociedade civil de Minas Gerais, questionou como poderia contribuir com o informe, uma vez que a planilha enviada estava em espanhol o que, no seu ponto de vista, dificultava um aporte de qualidade por parte da ASA/MG. Trouxe à CNCD o assunto sobre a importância da criação de uma RESEX para garantir a proteção e o uso sustentável do cerrado na região do Areião no Vale Guará.

O Sr. José Rubens D. Mota, representante do BNB, prestou alguns esclarecimentos a respeito do Fundo Caatinga, que a mudança de orientação faz parte de uma estratégia para implementação imediata de editais que estarão vinculados a um fundo já existente no BNB, o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI trata-se de um fundo com orientação científica e tecnológica, onde todas as contribuições destinadas ao ‘Fundo Caatinga’ serão mantidas e implementadas. A mudança buscou garantir sob um instrumento já existente os pleitos orientados ao Bioma Caatinga. Nesse sentido, essa manobra garantiu uma continuidade dos editais e recursos associados com os instrumentos já existentes no BNB.

Complementarmente, o Sr. Ricardo Padilha do DCD-SEDR/MMA comentou recente reunião sobre o Fundo Clima e BNB, no qual identificou o BNB como parceiro prioritário do MMA/Fundo Clima em função da capacidade de gestão do banco no âmbito das ações de fomento. Informou que as promessas que o então Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc fez no I ENED estão sendo cumpridas pelo MMA, que tem destinado 30% dos recursos do Fundo Clima para o Combate à Desertificação prioritariamente em Áreas Susceptíveis à Desertificação, em particular no semiárido brasileiro.

Na sequencia, o Sr. José Procópio de Lucena do SEAPAC, representante da ASA/ RN, manifestou-se de acordo com os encaminhamentos do BNB, com relação ao Fundo Caatinga, no sentido de que as medidas tomadas tratam de providências para viabilizar os recursos e os editais, o que é muito positivo. Esclarece que seus comentários foram reações à falta de informação das mudanças e

providências adotadas.

A Sra. Maria do Socorro Branco representante da ANA solicitou esclarecimentos a respeito do vínculo da pauta entre o Fundo Clima e a Política Nacional de Combate à Desertificação.

O Sr. Paulo Pedro de Carvalho, representante da ASA, congratulou-se com o Sr. Antônio Rocha Magalhães, considerando uma honra tê-lo como Presidente do Comitê Científico da UNCCD. Lembrou de todo o processo de construção de uma plataforma brasileira no âmbito da Convenção e da importância da presença de um brasileiro em um cargo de alto nível, ainda que não seja o Secretariado, como gostaríamos. Desde o ponto de vista da sociedade civil organizada, lembrou a importância dos conhecimentos e experiências tradicionais no processo de conformação da UNCCD. Nesse sentido, consulta: Há espaço para a sociedade civil atuar no âmbito da II Conferência Científica da UNCCD? Qual seria esse espaço? Ressaltou a importância e pertinência de aproveitar a oportunidade para dar visibilidade ao tema por meio do ‘fundo Caatinga’. Pediu maiores esclarecimentos sobre o ‘Plano de Convivência com a semiaridez’. Seria um plano executivo do PAN Brasil? Mais facilmente implementável? Onde estão os recursos? Quem será o responsável? Sugere que as boas experiências desenvolvidas até então sejam ampliadas. Reconhece as boas respostas do GT’s de monitoramento estruturados no âmbito da Comissão. Reforça adicionalmente o aspecto estratégico da comunicação como um integrador das ações!

O Sr. Antônio Rocha Magalhães em resposta às indagações, ressalta que o conhecimento tradicional e a sociedade civil organizada são fortalezas da UNCCD, e ‘sim’, devem participar da II Conferência Científica da UNCCD, outrossim, lembrou que entidades da sociedade civil que participam nos eventos da ONU são entidades acreditadas junto a ONU e destacou que neste caso a ASA é acreditada. Os pesquisadores ligados à sociedade civil organizada devem submeter trabalhos Seus *abstracts* como os demais, deverão ter avaliação e pontuação científica.

Em resposta a essa rodada de discussão, o Sr. Francisco Campello DCD-SEDR/MMA, reiterou a necessidade de manter o foco da reunião que são as contribuições da CNCD aos trabalhos de ‘alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD (2008-2018)’ e solicitou a cópia do relatório da Consultoria do Sr. Julio Paupitz para leitura e aprofundamento no grupo de trabalho específico do dia de amanhã.

A respeito do Fundo Caatinga, esclareceu que um grande objetivo a ser perseguido é a necessidade dessa iniciativa deixar de ser um edital isolado para tornar-se uma ação estruturante, sistematizada e com chamadas anuais. É nesse sentido que ele e todo o Departamento vêm trabalhando.

A respeito do PAN Brasil, enfatizou que de forma alguma tem como pretensão ou necessidade desqualificar o PAN Brasil, mas, avançar em sua implementação. A ideias é consolidar e qualificar o que já existe em relação ao combate à desertificação no país. O que está sendo feito é discutir estratégias de implementação dos PAE’s, aproveitando o compromisso de alinhamento da PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD. Considera que o instrumento ‘convênio’ não é o modelo adequado na parceria com a sociedade civil organizada, por isso a importância de institucionalizar a parceria com o BNB para trabalhar as especificidades dos estados e seus PAE’s. Nesse sentido propõe a seguinte divisão de tarefas: a CNCD responsabiliza-se pelo desenho do edital para chamada dos projetos, enquanto que o BNB responsabiliza-se pela contratação, acompanhamento e execução dos projetos selecionados.

Enfatizou que o Plano de Convivência com a Semiaridez é a terminologia que vem sendo utilizada e que não se pretende desfazer o que foi feito por meio do PAN Brasil, mas em reunir instrumentos para avançar na sua implementação (do PAN Brasil), algo como um ‘Plano Executivo’ para o PAN Brasil. Nesse sentido, o relatório do CONSEA sobre a importância de se ter uma política de execução alinhada com as políticas de combate à pobreza e os documentos da Rio+20 (Carta da Caatinga e o Documento Final da Rio +20) contribuem para essa estratégia buscando sinergias.

Em resposta às indagações sobre a Política Nacional de Combate à Desertificação, informou tratar-se de um esforço antigo a sua aprovação, inclusive, porque em sua última versão foram incluídas

todas as contribuições recebidas dos membros da CNCD e demais setores envolvidos no Combate à Desertificação. O único pleito que não foi considerado foi a transformação da ‘Comissão’ em ‘Conselho’, isso foi considerado ineficiente.

Como primeiro passo para o trabalho do alinhamento do PAN Brasil está a necessidade de contemplar todo o trabalho já desenvolvido até agora. Enfatizou que a alocação de recursos para os PAE’s é prioridade absoluta!!!

Ressaltou a necessidade dos Estados encaminharem as informações solicitadas pelo DCD-SEDR/MMA para complementação do Relatório Nacional para a UNCCD e, da mesma forma, destacou a importância das contribuições da CNCD. Lembrou que a última data para apresentação do relatório completo é 15/10/2012.

O Sr. Aldrin Perez representando o Instituto Nacional do Semiárido – INSA/MCTI, fazendo uso da palavra, agradeceu à Comissão Nacional de Combate à Desertificação – CNCD, pela confiança no INSA para ocupar o posto de correspondente científico e que, buscando desenvolver o tema do combate à desertificação está organizando a Conferência Nacional de Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido Brasileiro. Essa conferência pretende trabalhar em conjunto com a ASA e terá entre seus produtos uma revista científica com os principais resultados. Além disso, o INSA/MCTI pretende desenvolver uma base científica para o monitoramento do processo de desertificação no País, esse projeto é muito importante porque a falta de disponibilização de dados científicos dificulta o processo de implementação da UNCCD no País. Nesse sentido, considera que o melhor ponto de partida para o trabalho de alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD (2008-2018) é a análise dos resultados dos PAE’s, lembrando de todo o processo participativo que envolveu a construção dos Planos Estaduais.

O Sr. Ricardo Padilha do DCD-SEDR/MMA, como moderador, propõe a retomada dos trabalhos buscando voltar o foco para o documento de alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD (2008-2018), consultando à Comissão a respeito da inclusão da Casa Civil da presidência da República na discussão desse documento.

O Sr. Julio Paupitz, consultor do projeto IICA/ECONORMAS-MERCOSUL propõe que as discussões sobre o documento de alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD sejam retomadas no GT específico amanhã pela manhã.

A Sra. Raquel Pontes, representante do DNOCS/MI solicita autorização para trocar de grupo, que foi acatada. Relata ainda que os Planos Estaduais trazem contribuições específicas de cada Estado e o PAN não oferece a mesma política.

O Sr. Markus Breuss do IRPAA representante da sociedade civil do estado da Bahia, sugere que seja aproveitado o tempo para maiores informações sobre o alinhamento.

O Sr. Jaime Saiz do DCD-SEDR/MMA, esclareceu que o principal intuito da reunião foi o de socializar o relatório preliminar da consultoria do projeto IICA/ECONORMAS-MERCOSUL, mas em nenhum momento houve a expectativa de esgotar o assunto nesses dois dias (um dia e meio) de trabalho.

O Sr. Paulo Pedro de Carvalho, da ASA, propõe como encaminhamento que todos leiam o documento distribuído hoje e que os GTs, no dia de amanhã, trabalhem somente no ‘alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD (2008-2018)’. Sugeriu que a CNCD estabeleça prazos finais para nortear os trabalhos. Sugeriu que o GTs tenham em mãos o referencial do consultor Julio Paupitz e que a Secretaria Executiva da CNCD deverá cobrar dos membros as contribuições.

O Sr. Ricardo Padilha da DCD-SEDR/MMA, fez esclarecimentos mencionando os diversos Planos de Governo setoriais no âmbito do semiárido, que apresentam como característica comum a desintegração e a dificuldade de implementação. Espera que o presente ‘plano’ que surge com a chancela da Casa Civil busque ações integradoras, com propostas concretas num alto nível governamental (Casa Civil, Presidência da República), deixando de ser apenas um documento, mas que isso, deverá ser uma ação com alta capacidade de execução, vis-a-vis o Plano de Aceleração do

Crescimento – PAC. Seria um grande ganho para o tema, com uma representativa elevação de patamar.

A Sra. Raquel Pontes, representando o DNOCS e o MI, lembrou a importância de se contextualizar que o PAN, quando do seu lançamento em 2004, estava estruturado em seus eixos com o PPA e Políticas vigentes e concordou a ausência de números (valores) e metas no documento. Relembrou que a partir de 2007, a lógica da construção dos PAE's foi justamente detalhar as metas com valores e tempos associados, em complemento ao PAN Brasil. Dessa forma, seria possível articular um documento em nível federal, com seus desdobramentos nos estados e em condições de alcançar os núcleos e estruturado num organograma funcional e institucional capaz de articular todas essas forças, citou como exemplo o Programa 'Territórios da Cidadania'. Lembrou que no nível municipal é possível articular as 3 Convenções, o que melhora e qualifica a intervenção com a participação cidadã.

O Sr. Francisco Barreto Campello, representando o MMA respondeu que o alinhamento é uma estratégia provocativa que busca estimular o debate sobre os dois temas centrais da UNCCD, a saber: Superação da Pobreza e Manejo Integrado dos Recursos Naturais. Lembrou que há um grande esforço de convergência no Governo Federal para qualificar o PAN Brasil e, dessa forma, facilitar o processo de implementação. Ressaltou que dos instrumentos que o MMA dispõe o Convênio não é o mais adequado, pois trabalha numa lógica de parceria bastante perversa. Trabalhar na realidade do semiárido é uma necessidade, mas há pouca abordagem nesse sentido. Talvez instrumentos como 'bolsa verde' ou um 'piso de proteção sócio ambiental' fossem mais adequados, se ampliados. Dessa forma, o PAN Brasil deveria estar integrado às estratégias já existentes no Governo. Outro tema que deve ser abordado com maior especificidade é o manejo e ordenamento do recurso florestal, considerando o atual marco legal perverso, esse tema deve ser discutido e tratado numa lógica mais próxima da realidade !!!

O Sr. José Procópio de Lucena do SEAPAC, representante da ASA/RN, fazendo uso da palavra consulta: Que espaço coordenará a Política Nacional de Combate à Desertificação? Casa Civil? GTIM?

Adicionalmente, lembra da necessidade de aprofundar o debate sobre pagamento por serviços ambientais e seu papel para contribuir para o Plano de Convivência com a Semiaridez. Qual seria a responsabilidade do MMA nessa proposta? Segundo ele, o mundo capitalista nega a desertificação, temos que rediscutir! Esse 'Plano' contemplará a Reforma Agrária? É necessário entender e discutir esse processo. Lembrou das diversas políticas que buscaram a integração de políticas, e que não deram certo, por exemplo, o Programa 'Territórios da Cidadania'. Ressaltou o grande avanço alcançado no I ENED rumo ao Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Considera estratégico retomar essa agenda junto à Casa Civil e Câmaras Estaduais e Municipais. Entende que se as três Convenções se unificarem, muito provavelmente a de 'desertificação' tende a desaparecer!!! Concorda que é necessário fazer do PAN Brasil um instrumento operacional para implementação de propostas. Consulta à mesa a respeito dos entendimentos sobre a Política Nacional de Combate à Desertificação, que tipo de discussão e ou interlocução foi estabelecida nas bases a fim de viabilizá-la? Uma vez mais ressaltou a necessidade de resgate do I ENED, a fim de finalmente alcançar um Pacto pela Sustentabilidade do Semiárido! Manifesta que é a favor de um Estado presente e não ausente das questões locais.

O Sr. Beranger Araujo representando o Governo do estado da Paraíba, informou das providências para tramitação do Projeto de Lei Estadual que institucionaliza a Política Estadual de Combate à Desertificação e cria nesse âmbito uma gerência de combate à desertificação e outra gerência florestal.

O Sr. Ricardo Padilha, DCD-SEDR/MMA, propôs como encaminhamento que os GT's trabalhem com foco no Alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD 2008-2018. Concordou que o 'Pacto' como consequência do I ENED precisa ser retomado! Antes disso, houve falta de

maturidade política suficiente para conclusão desse processo.

O Sr. Paulo Pedro, representando a ASA, considerou que o Sr. Ricardo Padilha da DCD-SEDR/MMA, cumpriu seu papel adequadamente aos estimular a discussão em torno do Alinhamento do PAN Brasil e reconhecendo a importância e relevância do documento já existente. Enfatiza que soa como outro documento o tal ‘Plano de Convivência com o Semiárido’, precisaríamos trabalhar para melhorar a nomenclatura e o que realmente expressa, um avanço do PAN Brasil. Conclui questionando o que vai ser da Política Nacional de Combate à Desertificação, nesse novo contexto, haja vista que ainda tramita no Congresso Nacional para aprovação.

O Sr. Francisco Barreto Campello, como representante do MMA e DCD-SEDR respondeu que os entendimentos mantidos são importantes, pois superam as ‘terminologias’ e que o trabalho de consolidação do alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD (2008-2018), visa alcançar finalmente o ‘Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável do Semiárido’, pendente do I ENED. Mencionou que a Agência Nacional de Águas – ANA foi uma das poucas instituições que deram seguimento aos compromissos firmados no I ENED, trazendo para o seu PPA e internalizando-os na estrutura da Agência. Mais uma vez enfatiza a grande oportunidade para o País de trabalhar de forma estruturada o alinhamento do Pan Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD (2008-2018). O documento resultante desse trabalho será um ‘norteador’ para uma auto-análise e indicará um caminho para o avanço na implementação do PAN Brasil. Ressalta o esforço institucional que o MMA tem feito para abrigar a agenda do combate à desertificação e enxerga grande possibilidade para aplicação de mecanismos de REDD+ para a caatinga, reforçando a importância de disponibilizar instrumentos adequados para a implementação de práticas sustentáveis. Sobre a Política Nacional de Combate à Desertificação, esclareceu que não está esquecida e não será fruto de descaso pela DCD-SEDR/MMA, as últimas informações são de que será apreciada pelo Congresso após as eleições e a votação do novo Código Florestal. Informou sobre as dificuldades em aprovar o Projeto de Lei, esclareceu, contudo, a necessidade de que o trabalho continue sendo conduzido com transparência, coerência e de forma participativa. Como encaminhamento para o dia seguinte, informou que o trabalho desenvolvido pela consultoria IICA-ECONORMAS/MERCOSUL está impresso e disponível para retirada e que os que disponibilizaram email, já devem tê-lo recebido em seu respectivo endereço eletrônico.

Relatou ainda que não existe pressão por parte do governo, sobre o Departamento, para que ele trabalhe de forma disfarçada, portanto todas as ações e informações são transparentes e abertas a todos os interessados. Enfatizou a importância do reconhecimento das pessoas que trabalham as boas práticas ambientais por meio da compensação ambiental.

O Sr. José Procopio de Lucena, lembrou e convidou a todos os presentes a participar do VIII Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (EnconASA) que será realizado dos dias 19 a 23 de novembro de 2012 em Januária no norte de Minas Gerais. Relatou ainda a necessidade de clareza nos debates para que se possam ter ações agroecológicas e campesinas mais eficientes no semiárido. E a importância de se resgatar a ideia de se organizar um grande encontro com os deputados, governadores e prefeitos para se discutir a questão da desertificação em seus estados.

Na sequência, a mesa abriu espaço para uma ‘rodada’ de apresentações e considerações finais:

A Sra. Maria do Socorro Branco da Agência Nacional de Águas – ANA considerou essa uma das reuniões mais produtivas da Comissão Nacional de Combate à Desertificação e que o processo participativo requer esse tipo de exercício colegiado de discussão, faz parte da democracia.

O Sr. Eliseu José de Oliveira do CAA, representando a sociedade civil do estado de Minas Gerais pediu providências para mobilizar o ponto focal governamental do Estado de Minas Gerais, pois há muito tempo não participa de reuniões sobre o combate à desertificação. Relembrou ainda do EconASA, em Januária/MG, para o qual todos os membros da CNCD e presentes estão convidados.

O Sr. Markus Breuss do IRPAA, representante da sociedade civil do estado da Bahia, informou que no dia 25/09/2012, estaria agendada uma reunião no IEMA/BA a fim de finalmente discutirem os

rumos do PAE/BA.

A Sra. Regina Alvala do CEMADEN-MCTI mencionou a integração do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação-SAP ao Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Como encaminhamento final, o Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello informou que todos os participantes dos Grupos de Trabalho deverão comparecer às 08:30 do dia 25/09/2012 à sala 735, 7º andar do MMA, para a sequência dos trabalhos de alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD. Encerrando os trabalhos, aproximadamente às dezenove horas, desejou uma boa noite a todos.